



# o trabalhador da CML

N.º 173  
Jan. / Fev. 2016



**Os trabalhadores votaram  
e fizeram-se ouvir nas ruas contra  
a política de direita!**

A importância das  
Eleições Presidenciais  
p.3

Das reuniões com o  
Executivo Municipal  
p.10-11

Entramos num novo ano com expectativas reforçadas depois de reconfigurada a relação de forças na Assembleia da República. Existe assim, objetivamente, a possibilidade em recuperarmos uma parte do que nos usurpado ao longo dos últimos anos pela direita antissocial e anti laboral do PSD/CDS.

Mas este otimismo não nos deve confundir ou criar falsas ilusões. O Governo PS que hoje preside os destinos do país, apesar de relativamente amarrado a vários acordos entre os partidos que se uniram para o viabilizar [PS, PCP, PEV e BE], dificilmente se poderá assombrar a um “governo de esquerda” como muitos teimam em afirmar.

Temos a corroboração disso mesmo com a opção assumida sobre o caso BANIF, onde a abstenção do PSD foi determinante para a viabilização da proposta de *orçamento retificativo* do Governo de António Costa. Entre 2.500 a 3.000 milhões de euros serão agora suportados pelo erário público!

Mais uma vez, exige-se aos trabalhadores portugueses os sacrifícios pelos desvarios de um punhado de agiotas criminosos ligados à banca privada. Contudo, não podemos ignorar que se trata de um problema com a sua origem no anterior governo de Passos Coelho e Paulo Portas, materializando uma estratégia articulada e consciente com o Banco de Portugal. Em suma, todos foram e são profundamente responsáveis! São os mesmos que contribuíram para que desde 2008 **o Estado tenha sido sangrado em mais de 20 mil milhões de euros** à conta da “sustentabilidade do setor financeiro” (leia-se salvação

da banca privada com dinheiros públicos).

Contudo, a decisão agora aprovada e as suas eventuais implicações, não podem ser sinónimo de um qualquer tipo de retrocesso em relação à recuperação de direitos, salários e pensões dos trabalhadores da administração pública. Será determinante neste sentido não baixar a guarda e intervir sempre que necessário no propósito de impor a vontade de todos aqueles que foram esbulhados durante demasiado tempo, isto é, todos nós! A luta pela concretização da **Proposta Reivindicativa Comum** para 2016, assume assim uma importância decisiva.

Um passo importante do sentido de reforçar a luta que se desenvolve no mundo do trabalho, esteja ele conotado ao setor público ou privado, são as **eleições para a Presidência da República do próximo dia 24 de Janeiro**. Temos mais uma oportunidade para derrotar a política de direita, sinónimo de eterna austeridade e sacrifícios para a imensa maioria, favorecendo simultânea e paralelamente os

interesses de uns poucos. Marcelo Rebelo de Sousa é o candidato do PSD/CDS e sucessor assumido de Cavaco Silva. A sua derrota pode e deve ser o culminar lógico e imprescindível à mudança de rumo que queremos consolidar e aprofundar, quer para o nosso país, quer para as nossas vidas. Não podemos deste modo desvalorizar este importante ato eleitoral e o direito que nos assiste: o voto!

No **município de Lisboa**, o Sindicato prepara os *Cadernos Reivindicativos* correspondentes a vários locais de trabalho, revelando distintas realidades profissionais. Instrumentos de mobilização e luta que, depois de discutidos e finalizados definitivamente com os trabalhadores, serão entregues a quem tem o poder político de resolução face aos muitos problemas identificados.

O ano de 2016 será o que conseguirmos construir consciente e coletivamente, com confiança e determinação, com força e resiliência porque o caminho que trilhamos é o caminho justo!



 **o trabalhador**  
da CML

**Diretor:** Vitor Reis | **Corpo Redatorial:** Luís Dias / Nuno Almeida / Mário Rui Souto / José Malhadas / Henrique Bastos

**Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa | **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1Dº 1150-333 Lisboa - Telfs.: 218 885 430 / 5 / 8  
Fax: 218 885 429 - Email: stml@stml.pt - www.stml.pt

**Periodicidade:** Bimestral | **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML | **Tiragem:** 4000 exs. | **NIF:** 500850194 | **Depósito Legal:** 17274/87

Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico.

## A importância das eleições para a Presidência da República.



Após os resultados das eleições legislativas que materializou a derrota dos partidos da direita - PSD/CDS - interessa agora consolidar a vontade expressa pela maioria dos portugueses. Aprofundar o caminho da anti austeridade é assim determinante à recuperação do nosso país e das nossas condições de vida, garantindo por esta via um futuro de dignidade.

Como facilmente se percebeu ao longo dos últimos anos, as opções do Presidente da República influem em grande medida nas políticas que podem ou não ser implementadas pelo respetivo governo. Não estamos assim perante um cargo público de menor importância, muito pelo contrário.

O exemplo patenteado por Cavaco Silva nos últimos anos, não nos deve deixar indiferentes. Apoiado pelos mesmos que agora foram derrotados, o *presidente da direita* deixa-nos uma triste memória, enquanto corresponsável pelo agravamento das condições de vida da imensa maioria do povo e dos trabalhadores portugueses. Uma personagem associada aos casos lesa-pátria como o BPN, com ligações pessoais ao grupo Espírito Santo (Grupo BES), que aprovou os projetos do governo PSD/CDS considerados posteriormente inconstitucionais ou que amparou no verão de 2013 o ministro irrevogável e reacionário Paulo Portas, numa decisão que custou ao país mais de 2 mil milhões de euros. Entre outras ignomínias, mostrou a sua verdadeira face antidemocrática após os resultados de 4 de Outubro, empossando um governo que sabia à partida estar derrotado face à nova correlação de forças na Assembleia da República. Cavaco Silva desrespeitou claramente o

seu juramento de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Como seu sucessor, o candidato Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) tem igualmente o apoio já oficial e público do PSD/CDS. O candidato da direita que nos últimos 15 anos beneficiou de uma presença assídua nas televisões portuguesas é conhecido pela sua simpatia e capacidade oratória. Menos conhecido e pouco lembrado é contudo o seu papel na política que foi levada a cabo nas últimas décadas. O ex-Presidente do PSD nunca falhou no apoio às posições e medidas defendidas pelos vários partidos da política de direita, apesar de muitas vezes projetar uma posição aparentemente crítica.

Desenganem-se os mais distraídos. Marcelo esteve, está e sempre estará ao lado daqueles que sempre fizeram das suas opções prioritárias o ajuste de contas com as conquistas de Abril, muitas delas materializadas na Constituição.

Não deixa por isso de ser irónico que um candidato à Presidência da República, cargo soberano que deve zelar pelo cumprimento da CRP, tenha no seu curriculum político, um percurso associado às forças anti constitucionais e mais retrógradas do nosso país.

No dia 24 de Janeiro, o voto dos trabalhadores deve ser consciente e consequente. Um voto, uma opção, que deverá ter em linha de conta os seus interesses e a recuperação dos seus direitos e rendimentos usurpados nos últimos anos. Um voto que, mais uma vez, deve contribuir para a derrota da política de direita, o mesmo é dizer, para a derrota do seu candidato Marcelo Rebelo de Sousa. Hoje, mais importante do que nunca, interessa votar num candidato que de facto cumpra e faça cumprir a CRP!



# Que condições de Segurança e Saúde no trabalho têm os trabalhadores do Gabinete do Bairro Padre Cruz da Gebalis?



Numa visita realizada pelo STML ao Gabinete do Bairro Padre Cruz da Gebalis, conjugada com os esclarecimentos e informações adicionais fornecidos pelos próprios trabalhadores no local, foram detetados uma série de problemas a nível de segurança e saúde no trabalho que agora damos conta.

Um dos problemas constatados é o que está relacionado com a infiltração de águas na zona de atendimento ao público. Deste modo, quando chove abundantemente é inevitável todo o piso ficar alagado, tornando a atividade destes trabalhadores impraticável. Referir ainda, que são os próprios trabalhadores que têm de efectuar a limpeza do espaço, uma vez que não há pessoal afeto para esse fim. Um dos perigos imediatos desta situação é a que decorre do risco de electrocução, considerando os fios elétricos e de telecomunicações espalhados pelo chão. Incompreensivelmente não existem calhas técnicas que salvaguardem estas instalações.

Os trabalhadores relataram ainda a existência de maus cheiros e acumulação de gases. Problema que inclusive já conduziu à assistência hospitalar de alguns. Supõe-se, na sua origem, que resultem da rede de saneamento do edifício. Apesar de existirem várias caixas de saneamento, será oportuno e urgente que os responsáveis da Gebalis se disponibilizem a avaliar o grau do seu isolamento.

Um outro problema prende-se com o sistema de extração/renovação de ar e climatização. Apesar da sua existência, os trabalhadores receiam a sua utilização por temerem que a sua manutenção e limpeza não sejam realizadas com a periodicidade necessária, podendo a sua utilização representar uma perigo de contaminação do ar.

Por outro lado, verifica-se a existência de materiais combustíveis (mal) acondicionados na sala destinada ao arquivo, sucedendo o mesmo com os materiais de trabalho (ferramentas e máquinas) e EPI's (botas de água e sapatos de trabalho) que encontramos em salas de trabalho. Foi ainda detetado que não está afixado o plano de evacuação, desrespeitando um imperativo legal nesta matéria.

Em todo o Gabinete denota-se um elevado grau de degradação e sujidade, sendo assim necessárias

intervenções imediatas que passam pela pintura de paredes e tetos. Segundo os trabalhadores, ainda prevalece a pintura original, nunca tendo sido realizada nenhuma intervenção posterior. A melhoria da iluminação das salas de trabalho é outra prioridade que, em alguns casos, passará apenas pela mera substituição de lâmpadas. Verificamos deste modo, que dos assuntos mais complexos aos mais simples (como a substituição de um lâmpada), prevalece um desleixo inaceitável por quem tem a responsabilidade de responder a todos estes problemas.

Sobre estas e outras situações inadmissíveis num contexto laboral do século XXI, o STML enviou uma exposição detalhada ao Conselho de Administração da GEBALIS, disponibilizando-se para reunir e esclarecer o que for considerado necessário, procurando a efetiva resolução destes problemas.

O STML continuará a acompanhar os trabalhadores do Gabinete do Bairro Padre Cruz, procurando a resolução dos problemas que os afetam, exigindo a garantia e respeito pelas suas condições de Saúde e Segurança no Trabalho.



## Pelas Juntas de Freguesia da cidade...

### JF do Beato

Desenvolve-se neste momento conversações com uma Associação de Comerciantes, sobre a gestão do Mercado da Picheleira. Quando a JF assumiu as competências transferidas da CML e os respectivos trabalhadores, passou a ser responsável por todos os seus direitos e vencimentos, nomeadamente no que diz respeito a suplementos remuneratórios, horários, seguros e medicina no trabalho, entre outros. A JF será sempre considerada a entidade empregadora. Por outro lado, se a gestão deste equipamento for totalmente entregue a uma entidade externa, não temos dúvidas que a JF deve perder esta competência, assumindo novamente a CML a responsabilidade pela sua gestão.

### JF das Avenidas Novas

A Direção do STML interveio no passado dia 17 de Dezembro, na Assembleia Municipal de Lisboa e na Assembleia de Freguesia, manifestando mais uma vez a sua total discordância pela concessão

de parte da varredura e lavagem desta freguesia a uma empresa privada. No decorrer da Assembleia de Freguesia, descortinou-se que a experiência temporária, sempre afirmada pelo executivo PSD desta JF, afinal irá ser prolongar-se para todo o ano de 2016, estando inclusive orçamentada verba nesse sentido. A JF recebeu e vai continuar a receber verbas à execução desta competência, optando contudo por externalizar uma parte de uma missão pública que lhe cabe exclusivamente. Face a esta opção, contestada inclusive pela oposição e alguns fregueses, coloca-se em causa o serviço público!

### Negociações à celebração do ACEP

O STML tem prosseguido com várias JF as negociações com vista à celebração do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP). Relembramos que este é um instrumento importante para a organização e duração do tempo de trabalho, condições de Saúde e Segurança no Trabalho e Formação Profissional. Neste momento, as

negociações com as JF de Alvalade e Benfica estão concluídas, aguardando-se a sua assinatura. Decorrem ainda negociações com as JF de Belém e Marvila. Esperamos o agendamento de reuniões para a discussão das propostas com outras JF.

### Problemas transversais

Embora a maioria das freguesias demonstrem vontade em resolver muitos dos problemas que atualmente afetam os respetivos trabalhadores, outras demonstram uma postura totalmente inaceitável. No caso da **JF de Marvila**, persiste no não pagamento dos suplementos remuneratórios devidos aos trabalhadores quando estão de baixa médica por acidente de trabalho. A **JF de Santa Clara** é a que mais recorre a prestações de serviços na Limpeza Urbana, materializando uma política deliberada seguida desde o início do processo de transferência das competências. Para além desta postura no que diz respeito à contratação de trabalhadores, também as condições de Saúde e Segurança nas instalações onde funcionam as áreas operacionais, não são dignas para os trabalhadores, tendo obrigado os sindicatos (STML e STAL) a apresentar queixa na ACT e Inspeção do Ministério das Finanças.

A precariedade é também uma realidade na **JF da Estrela**, onde se desconhecem inclusive as especificidades dos contractos celebrados. De forma a sistematizar as reivindicações nas diversas JF, tornou-se necessário com o envolvimento dos trabalhadores a elaboração de **cadernos reivindicativos** que oportunamente serão entregues aos presidentes das respectivas JF.



## Concentração na Praça do Município a 17 de Dezembro

No passado dia 17 de dezembro, o STML, através dos seus dirigentes e delegados sindicais, concentrou-se na Praça do Município no sentido de denunciar publicamente a decisão do executivo municipal em transferir a gestão dos refeitórios e jardins-de-infância municipais para os Serviços Sociais da CML.

Consideramos que esta externalização (mais uma!) atenta os interesses dos trabalhadores do município de Lisboa, no ativo ou já aposentados e/ou reformados. Trata-se da desresponsabilização da CML numa vertente cada vez mais importante na vida de milhares de homens e mulheres que nos últimos anos têm sido sujeitos a uma ataque sem precedentes no plano dos seus direitos e rendimentos. Falamos obviamente da natureza social destes equipamentos que cumprem um propósito e contribuem indelutavelmente na salvaguarda das suas condições de vida.

Por não concordarmos com esta opção política, o Sindicato dinamizou um abaixo-assinado nos últimos meses, tendo conseguido recolher mais de mil assinaturas que dão força e conteúdo às reivindicações apresentadas já de si justas e pelas quais continuaremos a lutar.

A delegação do STML foi recebida pelo assessor do Presidente, Dr. Bruno Maia e pela Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, Dra. Isabel Castela. Além de entregarmos os abaixo-assinados, lembrámos que todos os problemas que entretanto surjam no seio destes equipamentos, independentemente da sua natureza, serão prontamente colocados à CML. Em nenhum momento, afirmámos, faremos do Conselho de

Administração dos Serviços Sociais o nosso interlocutor privilegiado.

Reforçamos ainda a necessidade da CML identificar os locais de trabalho que pelo seu elevado número de trabalhadores, justifique a existência de um refeitório adequado e eficiente. Reivindicação que ganha maior protagonismo face aos projetos da autarquia que, a curto-médio prazo, passam, supostamente, pela concentração de meios humanos e técnicos.

Como má prática adotada por sucessivos executivos que não aceitamos e não queremos ver reproduzida, sobressai a inexistência de um refeitório no maior local de trabalho da CML, nomeadamente no Edifício Municipal do Campo Grande, que concentra mais de mil e quinhentos trabalhadores. As soluções até agora encontradas pela autarquia face a este problema, não resolvem obviamente a questão de fundo. Procura, antes de tudo e em última análise, disfarçar uma total ausência de vontade política por uma solução duradoura e estável, isto é, pela construção objetiva do referido refeitório.

Por este e outros motivos que se advinham num futuro próximo, o STML irá continuar a exigir respostas aos problemas que afetam os trabalhadores do município, não baixando a guarda numa área tão sensível como a vertente social, enquanto responsabilidade máxima e exclusiva da CML perante os seus funcionários e funcionárias. Os refeitórios e jardins-de-infância municipais enquadram perfeitamente estes objetivos e deles não abdicamos.



## A luta continua... Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos! Exigimos a reversão da privatização da EGF!

Contrariamente ao defendido por populações, municípios e trabalhadores, o anterior governo PSD/CDS decidiu privatizar a Empresa Geral de Fomento (EGF) e legislar na reestruturação do setor do abastecimento de água e saneamento, legislação esta que traduz, no fundamental, uma estratégia de substituição: do serviço público pelo privado, do acesso público e universal pelo lucro, do cidadão com direitos pelo cidadão pagador.

Com uma acentuada pressão de privatização completa dos serviços, esta legislação retira às autarquias toda a intervenção nas decisões sobre os serviços e tarifários, sobrecarregando-as de encargos, subidas brutais de tarifários e facilitação das alterações unilaterais.

Mas associado a este processo e previsto no atual quadro legal estão aumentos de grande dimensão até 2020, para os serviços de água, saneamento e resíduos. Só nos municípios do distrito de Lisboa, os aumentos oscilam entre 30% e 78%, o que constitui um esbulho aos rendimentos dos cidadãos. Com a entrada em funções deste novo governo, um conjunto de

sindicatos, entre eles o STML, e a Associação Água Pública decidiram entregar no dia 10 de dezembro ao Ministério do Ambiente, uma **resolução** na qual manifestavam a sua oposição a todo o processo que levou à concretização deste novo sistema que, deste o início, foi feito em profundo desrespeito pelos municípios e à revelia das atribuições constitucionais consagradas ao Poder Local. Exigiu-se assim, a reversão da privatização da EGF.

Passados alguns dias depois da realização desta iniciativa, o novo Ministro do Ambiente João Pedro Fernandes solicitou ao Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Sr. Jaime Fernando Baptista, que criasse uma *unidade técnica de apoio aos municípios*, que os ajude a decidir como querem, no futuro, gerir os sistemas de água em baixa.

Anunciou ainda este novo membro do Governo, que no próximo verão deverá estar tudo pronto para que um novo *diploma* seja levado à Assembleia da República no sentido de pôr termo às intenções de fusão impostas arbitrariamente



amente pelo anterior Governo de Passos Coelho e Paulo Portas.

Neste momento, podemos afirmar que foi alcançada uma pequena vitória! Contudo, não nos podemos precipitar, pois só depois de revertida na íntegra a privatização da EGF e de conhecermos o caminho escolhido pelo atual Governo em relação à gestão da água e tratamento de resíduos, poderemos aferir se de facto e definitivamente os interesses das populações e dos trabalhadores foram defendidos, respeitados e salvaguardados.

Até lá, trabalhadores e sindicatos, populações e movimentos cívicos, continuarão a desenvolver todas as formas de luta justas e necessárias na defesa da água pública e dos serviços públicos que se querem de qualidade e de caráter universal. **Porque o que é público é de todos e o que é privado é só de alguns.**

**A luta irá continuar inevitavelmente!**



## Da reunião com a Direção Municipal de Estrutura Verde do Ambiente e Energia (DMEVAE).



No passado dia 5 de Janeiro, o STML reuniu com os responsáveis da DMEVAE, nomeadamente com o seu Diretor Municipal, Eng.º Ângelo Mesquita. Várias foram as questões colocadas, no essencial, referenciando muitos dos problemas que afetam os trabalhadores que integram esta Direção Municipal.

Das questões elencadas, damos conta das respostas concedidas pela DMEVAE ao Sindicato.

### Sobre a falta de pessoal em inúmeros serviços:

Assumem os responsáveis municipais uma grande necessidade de pessoal para os Espaços Verdes e para os Viveiros. Contudo, escudam-se nas políticas de não contratação a par da exigência de formação na área, que dificulta a admissão de trabalhadores, para não garantir quando e como irão resolver este problema.

Informaram ainda, que neste momento têm uma *equipa especializada* para intervir nos espaços emblemáticos da cidade e nos espaços que, apesar de atribuídos às Juntas de Freguesia, encontram-se em muito mau estado de conservação.

### Sobre a reativação da Escola de Jardinagem:

Descartam esta solução, já que consideram que a Escola de Jardinagem, neste momento, não tem vocação para a formação de jardineiros.

### Sobre a existência de novas concessões a privados, nomeadamente do espaço da Praça do Império:

Referem que neste momento decorre um *concurso de ideias*, justificado pela degradação da área ocupada pelos Brasões (muito danificada), e pelo facto de já não existirem muitos trabalhadores da CML que conhecem e executam este tipo de trabalho.

### Sobre a possibilidade em aceitar processos de mobilidade para os jardins:

Observam que não existe qualquer tipo de problema com este assunto, podendo inclusive adaptar os requisitos que atualmente existem no setor da limpeza urbana, aos jardins.

Sobre o processo de aquisição de fardamentos e EPI'S: Dizem que o processo de aquisição foi feito por ajuste direto e estará terminado em Março de 2016. O fardamento deverá chegar dois meses depois.

Por último, o STML comunicou ao Diretor Municipal os problemas identificados em vários locais de trabalho que carecem de resolução inadiável, nomeadamente, na **Quinta Conde D'Arcos**, onde existem correntes de ar na zona de envasamentos; dificuldades de ventilação das áreas administrativas; limitações de escoamento nos chuveiros aliado à necessidade em aumentar a altura da divisória que os separa. É também importante adquirir microondas e armários novos para os vestiários.

No **Campo Grande**, é premente fechar os urinóis exteriores; reorganizar os balneários femininos, face aos problemas de espaço e substituir o respetivo degrau de acesso por uma rampa. Na área destinada ao refeitório, é imperativo adquirir equipamento de cozinha e mobiliário adequado, além de encerrar os espaços que conduzem aos armazéns.

Na **Avenida de Ceuta**, há premência de intervenção em todas as instalações. É urgente retirar para outro local a parte do arquivo morto, neste momento acondicionado junto aos combustíveis. É ainda essencial resolver os problemas com os esgotos, com o escoamento deficiente dos chuveiros e dos degraus existentes na cozinha que potenciam a ocorrência de acidentes.

No **Parque Eduardo VII**, verificam-se problemas de infiltrações; há necessidade em realizar pinturas de interiores e retirar as coberturas de fibrocimento atualmente existentes.

Na **Quinta Contador-Mor**, é igualmente necessário realizar pinturas de interiores, além de colocar interruptores elétricos, ausentes nestas instalações.

O STML continuará a acompanhar a evolução sobre todos estes assuntos, cabendo à CML e a esta Direção Municipal em particular, encontrar as melhores respostas a todos os problemas identificados e agora transmitidos.

## É urgente o investimento sério e consequente no RSB mas também um Comando que comande!

O RSB sendo o maior e mais antigo corpo de bombeiros do País, vem nos últimos anos a eclipsar-se como força de referência Nacional. O ataque que fomos alvos pelo anterior governo não despenaliza o abandono a que os executivos camarários nos têm votado.

As recentes Vereações, com conivência dos comandos, têm debitado medidas avulsas, mostrando ausência de critérios e visão de futuro para a Instituição. Em suma, têm evidenciado uma total inexistência de um projeto coerente para o RSB.

Assim, permitiram a escassez de efetivos e um vazio hierárquico provocado pela carência de promoções. A lentidão como a CML está a responder a esta prioridade é caricata, podendo mesmo considerar-se irreal.

Obrigaram os profissionais a subsistirem em instalações degradadas que não respondem às necessidades operacionais. Alienaram instalações (Quartel do Colombo), pondo em risco o espólio museológico, mas também agravando indesmentivelmente as condições de trabalho ao colocar os Bombeiros em contentores.

Os meios operacionais, viaturas e equipamentos são igualmente obsoletos e não respondem às necessidades que garantam a segurança da Cidade, dos bens e haveres da população, quer residente, quer itinerante.

Apesar de todo este desleixo, a CML optou por taxar recentemente os municípios com um novo imposto invocando a necessidade de investimento no RSB. Esperamos é que esta nova taxa se reflita efetivamente no aumento da segurança da Cidade e dos Homens que têm essa missão, com medidas concretas e exequíveis nesse sentido.

Por outro lado, foi aprovado pela CML uma proposta, sustentado numa nova organização, que prevê a redefinição da intervenção do RSB na emergência e socorro. Não é admissível que esta reestruturação tenha em vista aspetos meramente economicistas, tentando justificar o injustificável, com a diminuição de meios humanos e da capacidade dos meios operacionais à disposição.

Não podemos ainda deixar de referir com alguma preocupação, as decisões dos responsáveis máximos da CML em matéria de substituição das viaturas à muito obsoletas, através da aquisição de novas viaturas com características inferiores às existentes. Por esta via, diminui-se a capacidade operacional do Regimento. O que se espera é uma renovação de viaturas de socorro coerente, estabelecendo a capacidade de resposta com equipamentos adequados ao cumprimento das suas várias missões. Passados dois anos desde que o Comandante iniciou o exercício das suas funções, mais era esperado

da sua parte. Torna-se necessário e urgente um Comando forte, que assuma as rédeas e estabeleça um fio condutor, que proceda a uma uniformização sem tibiezas, sem receio de ferir suscetibilidades e consiga trabalhar para que na prática exista um único corpo de bombeiros e não a aparência de vários como hoje sucede.

É determinante que o Comandante ouça as forças do Regimento, cheias e estruturas sindicais, não se deixando contudo sequestrar por ninguém. No entanto é imperativo que cumpra o que há muito vem prometendo, isto é, aplicar de facto o REGULAMENTO INTERNO. Este é passo essencial para que cada um saiba o lugar que ocupa dentro da instituição, e saiba simultaneamente quem é responsável e a quem pedir responsabilidades sempre que necessário.

O Departamento de Bombeiros do STML continuará a trabalhar árdua e afincadamente para a resolução dos problemas que afetam os Sapadores Bombeiros, quer seja num diálogo sério e honesto com o Comando, quer seja com o executivo municipal liderado por Fernando Medina.



## Das reuniões com responsáveis políticos da CML.

O STML tem vindo a reunir com o Vice-Presidente, o vereador Duarte Cordeiro, e com o vereador dos Recursos Humanos e Finanças João Paulo Saraiva, abordando os assuntos relacionados com o funcionamento dos serviços, indissociável dos vários problemas que afetam os trabalhadores do município.

De entre as várias matérias que temos vindo a tratar, interessa fazer uma breve síntese dos pontos mais importantes. Assim,

### **Sobre o acesso à Medicina do Trabalho da CML por parte dos trabalhadores transferidos para as Juntas de Freguesia:**

Apesar de as Juntas de Freguesia terem autonomia para decidir de que forma podem assegurar esta obrigação, a CML assegura que propôs a todas um protocolo que permite a utilização dos respetivos serviços municipais. Contudo, apenas seis (6) Juntas de Freguesia o aceitaram. Foi assim defraudada a expectativa dos trabalhadores que transitaram para as Juntas, que viram inclusive inscrito na deliberação aprovada na AML este direito. A CML, por sua vez, afirma que continuará a disponibilizar o referido protocolo às Juntas de Freguesia que o entendam subscrever.

### **Sobre as folgas acumuladas e por gozar dos trabalhadores transferidos para as JF:**

Ficou assumido pelo próprio Vice-Presidente que a partir de Janeiro de 2016, a CML iria desenvolver todos os esforços no sentido da resolução concreta deste problema, pro-

curando uma solução eficaz adaptada à realidade concreta de cada Junta de Freguesia. Relembremos que à demasiado tempo que os trabalhadores exigem legitimamente respostas adequadas a este problema e daí termos demonstrado algum ceticismo face às promessas que já se arrastam há cerca de 24 meses.

### **Sobre o pagamento dos suplementos aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais nas JF:**

Ao contrário do que acontece na CML, existe um número considerável de Juntas de Freguesia que não estão a assegurar o devido pagamento de trabalho extraordinário e subsídio de insalubridade, penosidade e risco aos trabalhadores acidentados. Neste contexto, o executivo municipal comprometeu-se a informar as Juntas de Freguesia da fundamentação que suporta a prática assumida na Câmara Municipal, com a qual o STML concorda e para a qual lutou determinantemente. A estratégia assumida pelo executivo tem como objetivo contribuir para a uniformização destes casos, procurando eliminar as diferenças de tratamento que se verificam na Câmara em relação a algumas Juntas onde os trabalhadores são francamente prejudicados.

### **Sobre o reforço de pessoal nas áreas operacionais:**

Após já terem sido admitidos prestadores de serviços para o desempenho da tarefa de cantoneiros de limpeza, tratadores apanhadores de animais, coveiros, condutores de máquinas

pesadas e veículos especiais e cozinheiras, a CML autorizou a contratação de mais 27 trabalhadores para o DRMM, 10 limpa coletores e 10 operacionais para as brigadas da Unidade de Intervenção territorial no mesmo regime. Os respetivos concursos para a regularização contratual de todos estes trabalhadores, através da celebração de um CTFP por tempo indeterminado, continuam a ser devidamente acompanhados pelo Sindicato.

### **Sobre a renovação da frota municipal:**

Considerando a falta de investimento durante anos a fio neste campo, que tem provocado indesmentíveis constrangimentos e sentimentos de insegurança, quer aos respetivos trabalhadores em primeiro lugar, quer aos munícipes mas também à qualidade do serviço público que deve ser prestado, a CML informou o STML que pretende adquirir quinze (15) viaturas pesadas a limpeza, número que pode ser aumentado, afirma o executivo municipal, dependendo da disponibilidade orçamental da própria autarquia. O processo de renovação da frota municipal foi entretanto iniciado, através da abertura de concurso para a aquisição de viaturas ligeiras. O STML continuará a acompanhar este processo, considerando que as reclamações que são rececionadas no sindicato, têm vindo a aumentar em quantidade e profundidade face ao extremar de muitos dos problemas que à muito são do conhecimento da Câmara Municipal.

### **Sobre o processo de seleção interno de trabalhadores para desempenhar funções de chefia em regime de mobi-**



### **idade intercategorias/carreiras:**

Foi entregue pela CML uma proposta de definição de critérios e de publicitação do processo de seleção na Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU). O STML apresentou algumas propostas de alteração que permitissem obter uma maior igualdade de oportunidades e transparência neste tipo de processos. O executivo tem como objetivo lançar este processo, referem, a partir de Janeiro na DMHU, estendendo-o brevemente a outras Direções Municipais onde casos análogos de verifiquem.

### **Sobre a delimitação de competências entre CML e JF na Limpeza Urbana:**

Considerando a crescente desordem no plano da execução do serviço

público de limpeza urbana, face às competências que supostamente cabem à CML e às JF, questionado o Vice-Presidente da autarquia, fomos informado que ocasionalmente se produz uma ajuda mútua pelo motivo de falta de capacidade, ora de um lado, ora do outro. Reconhece-se assim, objetivamente, a necessidade de reforço de pessoal, quer no plano da Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia. Está previsto, neste cenário, a criação de uma equipa de intervenção extra remoção, para dar resposta às competências nas áreas estruturantes que competem exclusivamente à CML. Acresce ainda que uma parte da gestão e prestação do serviço público na baixa-lisboeta poderá regressar à alçada da CML, decisão que poderá ser justificada pelo volume crescente das atividades implícitas ao turismo, que têm habitual-

mente imposto um esforço adicional de trabalho por parte das respetivas Juntas de Freguesia que, por sua vez, têm demonstrado um relativo grau de incapacidade face a estas exigências.

Problemas que, no essencial, confirmam as críticas e a oposição a todo este processo que o STML encetou logo em 2013. A reforma administrativa, que conduziu à atribuição de importantes competências às Juntas de Freguesia em matérias que eram e devem ser da exclusiva competência da CML, degradou inexoravelmente a qualidade do serviço público prestado na cidade de Lisboa. Como outra consequência, além dos efeitos negativos para o bem-estar dos lisboetas, é evidente a degradação das condições de vida da imensa maioria dos trabalhadores envolvidos compulsivamente neste processo.

## A CGTP-IN afirma que o Governo usa o aumento do SMN para dar mais benesses ao patronato.

Surpreendentemente, na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), realizada no dia 7 de Janeiro, o Ministro do Trabalho (MT) recolocou na ordem de trabalhos a discussão do Salário Mínimo Nacional (SMN). Fê-lo, não para abordar uma eventual subida do valor (530€) mas, a pretexto da sua entrada em vigor, anunciar, como contrapartida, mais benesses para o patronato. Neste quadro, importa ter presente:

O MT não só assumiu a intenção de manter a medida do Governo do PSD-CDS, de redução de 0,75% pp na Taxa Social Única dos patrões para os trabalhadores com o SMN, como decidiu promover o seu alargamento a todos os assalariados que em 31 de Dezembro de 2015 auferiam uma retribuição base não superior a 530€.

Esta é uma medida injusta, incorreta e contrária à valorização do trabalho e dos trabalhadores. Segundo os cálculos da CGTP-IN, irá provocar uma redução superior a 30 milhões de euros na receita da Segurança Social.

Como a CGTP-IN teve oportunidade de demonstrar, é falso que os gastos com o pessoal (incluindo TSU dos patrões) sejam um problema para as empresas. O Relatório do Banco de Portugal, relativo ao ano de 2014, demonstra que os encargos médios com pessoal, em percentagem dos gastos líquidos totais das empresas, são de:

- 13% para a indústria transformadora;
- 7,8% para o comércio a retalho;
- 25% para o alojamento e restauração (que este ano será beneficiada com a redução do IVA de 23% para 13%).

Como se constata, não é por aqui, mas pelo investimento na modernização tecnológica e na organização e gestão



das empresas, assim como na redução, nomeadamente, dos preços do gás, da energia, dos combustíveis, das telecomunicações e do financiamento, que se pode dar resposta aos problemas das empresas e das famílias. Para tal, é preciso coragem política para romper com o modelo de relações de trabalho, responsável pela acentuação das desigualdades e do empobrecimento e afrontar os lobbys do sector energético que continuam a acumular milhares de milhões de euros de lucros para os seus acionistas nos últimos anos.

Neste quadro, é inaceitável que depois de quatro anos e meio em que os trabalhadores foram massacrados com uma redução brutal de direitos, com mais sete dias de trabalho gratuito, com despedimentos mais fáceis e mais baratos, com a redução do valor do pagamento do trabalho extraordinário e com o não cumprimento do acordo dos 500€ a partir de Janeiro de 2011, o Governo se disponibilize a dar mais benesses ao patronato para que o SMN seja aumentado em 83 cêntimos por dia. O SMN não pode nem deve ser usado como um instrumento de chantagem para alimentar a “*subsidiodependência*” do patronato da Segurança Social e do Orçamento do Estado.

Os contornos da redução da TSU, agora anunciados pelo MT, constituem ainda uma atitude inadmissível, não só porque incentiva as empresas a contratar trabalhadores com o SMN, como as estimula a não atualizar os salários dos assalariados que têm uma retribuição inferior a 530€. Esta é uma medida que, ao contrário do que foi prometido, não só contribui para dificultar a negociação da contratação coletiva e a atualização anual dos salários, como dá cobertura à manutenção do modelo de baixos salários e de trabalho precário.



## Estudo da OIT confirma que a Política de Direita acentuou as desigualdades e o empobrecimento do país!

O estudo da OIT [Organização Internacional do Trabalho] constitui um libelo acusatório à Política da Direita que acentuou as desigualdades e empobrecimento do país.

O estudo sobre as medidas com impacto laboral e social, confirma o que a CGTP-IN sempre afirmou, quanto às consequências que a implementação da política de direita teria na desvalorização dos direitos e retribuições dos trabalhadores e na acentuação das desigualdades e empobrecimento do país.

O estudo concluiu que a desregulação das relações de trabalho, nomeadamente com a facilitação dos despedimentos e a redução das indemnizações, associada à recessão económica, contribuiu decisivamente para o aumento do desemprego e a destruição de 650 mil postos de trabalho em termos líquidos nos últimos sete anos. Entre 2007 e 2012 a percentagem do valor das prestações de desemprego em relação ao salário mediano do país caiu 27% por via de alterações legislativas. Por outro lado, a cobertura da proteção no desemprego diminuiu em cerca de 15% devido ao esgotamento do tempo de atribuição dos subsídios dos desempregados de longa duração e ao não cumprimento do período mínimo de contribuições para a Segurança Social, decorrente dos contratos com vínculo precário.

A desigualdade na distribuição do rendimento agravou-se, assim como a proporção de trabalhadores pobres, que ronda os 11%. Este registo negativo resultou da degradação do poder de compra dos salários, tanto no sector público como no privado, bem como do não cumprimento do acordo sobre o salário mínimo nacional, que estabelecia os 500 euros, a partir de Janeiro de 2011. A política levada a cabo, nomeadamente pelo Governo do PSD/CDS, acentuou a transferência de rendimentos do trabalho para o capital e conduziu o país, os trabalhadores e a população em geral ao empobrecimento, enquanto que os acionistas das grandes empresas nomeadamente de energia, de comunicações e telecomunicações, da grande distribuição alimentar e o sector financeiro tomavam para si parcelas cada vez maiores da riqueza produzida. Tudo isto num quadro político marcado pelo desvio de milhares de milhões de euros dos contribuintes para acudir aos desmandos da banca privada, ao mesmo tempo que se cortavam prestações de desemprego e outros apoios sociais, **atirando para a pobreza e exclusão cerca de 2,7 milhões de homens, mulheres e crianças.**

Perante este quadro de devastação económica e social, a exigência de mudança de política reclamada pelo povo português adquire uma nova relevância.

Este é o tempo de concretizar a esperança e lutar pela mudança de política que valorize o trabalho e os trabalhadores. Um novo rumo para o país é indissociável do crescimento económico, da dinamização do investimento público e privado para incentivar a produção nacional e criar emprego seguro e com direitos.

Um Portugal de futuro, de progresso e justiça social passa ainda por uma outra política fiscal que revogue a sobretaxa do IRS, alargue os escalões deste imposto para o tornar mais progressivo e aumente os impostos sobre o capital; reconstitua o SEE para dar suporte à implementação de uma estratégia de desenvolvimento do país; defenda e melhore as funções sociais do Estado, designadamente o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, democrática e inclusiva e a Segurança Social pública, universal e solidária.



## Do que distingue o governo PS de um governo de esquerda?

Desde os resultados eleitorais do passado dia 4 de outubro que a Assembleia da República (AR) apresenta uma nova composição que por sua vez originou um novo elenco governativo.

Para todos aqueles que demagogicamente apresentavam as **eleições legislativas** como sinónimo de uma qualquer eleição para primeiro-ministro, a realidade política-eleitoral e principalmente constitucional, demonstrou afinal para que servem os votos dos portugueses, o mesmo é dizer, para eleger deputados, nada mais! Do número de deputados eleitos por cada Partido e da sua relação e negociação, resultou uma proposta de governo suportada maioritariamente pelo Parlamento. Nestas condições, foi a proposta de um governo PS liderado por António Costa que obteve a referida concordância maioritária na AR, em oposição à solução minoritária do PSD/CDS de um governo novamente encabeçado por Passos Coelho e Paulo Portas.

Contudo, a existência de vários acordos bilaterais entre os partidos que viabilizaram a solução governativa do PS, não é sinónimo de uma “coligação” ou de uma “aliança à esquerda”, nem muito menos estamos perante “um governo de esquerda”, suportado pela “esquerda na AR”. Interessa por isso fazer uma primeira distinção entre um governo PS, o que temos, e um governo de esquerda, o que ambicionamos.

**De um governo de esquerda**, que respeite de facto os interesses e os direitos de quem trabalha, espera-se não só a **devolução** dos rendimentos usurpados nos últimos anos, como a **sua valorização real** face ao atual custo de vida. O governo PS *marca passo* nesta matéria...

**De um governo de esquerda** espera-se que **defina o montante** do salário mínimo nacional (SMN) em função dos interesses dos trabalhadores que o auferem, melhorando por esta via as suas condições de vida.



[Regista-se ainda o acordo celebrado em sede de concertação social e não respeitado pelos sucessivos governos – do PS e do PSD/CDS – que previa o aumento do SMN para 500 euros em 2011 (?!).] O governo PS decide um aumento (para 530 euros) pouco acima do que deveria estar em vigor há 5 anos atrás! Num **cenário onde se confrontam os interesses** de uma ínfima minoria (de banqueiros por exemplo), com os interesses de uma larga maioria (dos contribuintes portugueses), **espera-se de um governo de esquerda** uma clara opção em favor destes últimos, salvaguardando e defendendo simultaneamente a estabilidade e sustentabilidade das contas públicas, o mesmo é dizer dos interesses nacionais. O governo PS opta sobre o escândalo do BANIF, com a cumplicidade do PSD, fazer suportar nas costas dos contribuintes o ónus do desvario e da corrupção que grassa no seio das elites da banca privada.

**De um governo de esquerda**, espera-se a **ruptura real e objetiva com a política de direita**, hoje sinónimo de austeridade institucionalizada e cujos reflexos se observam nos campos da política orçamental, fiscal, económica, social ou cultural. O governo PS opta por respeitar os ditames da Comissão Europeia, órgão sem qualquer legitimidade democrática que espezinha a soberania dos Estados-membros quando e como lhe convém. Exemplos dos instrumentos que servem este propósito é o *Tratado Orçamental*, o *Semestre Europeu* ou a *Governança Económica* que no essencial traduzem os objetivos e os valores defendidos pela direita neoliberal mais retrógrada, na Europa como em Portugal.

De um *governo PS a um governo de esquerda*, separa-os a sua natureza e objetivos, separa-os os antagonismos inconciliáveis. Resta-nos por isso continuar a trilhar o caminho pela efetivação de uma política que tenha na sua génese as conquistas e os valores de Abril! Uma política de esquerda e patriótica!

## O caso BANIF e o sacrifício do povo para salvar os bancos



Quando ainda se mistificam os números do banco dos amigos de Cavaco, o BPN, se vão apanhando os cacacos do BPP da clique de Rendeiro e estamos longe de saber quanto vai custar a ganância de Salgado e companhia no BES, eis uma nova bomba atómica a assolar as contas públicas: o BANIF.

Oculto durante largos meses, a situação no BANIF foi deliberadamente escondida por parte do governo de direita PSD/CDS, com objetivos eleitoralistas e propagandísticos (à semelhança da “saída limpa” que Passos e Portas tanto lograram). Apesar de todo a informação que detinham sobre a realidade do banco, com uma injeção de mais de 700 milhões de euros de recursos públicos para a chamada recapitalização, nada fizeram para impedir que o País voltasse a ser confrontado com um novo escândalo resultante da natureza especulativa a que conduz a gestão privada da banca.

No desfecho de cada um dos processos elencados, com as situações do BPP, BPN, BES e agora o BANIF, fica apenas uma certeza: é sobre a generalidade do povo português que recaem as consequências, sendo certa a dúvida de saber para onde foi, seja

sob a forma de dividendos seja pelos múltiplos alcapões que hoje existem no sistema financeiro, o dinheiro. Cada um destes processos é sempre apresentado como um caso isolado, resultante de “normais” lacunas do sistema. Lá vem a errática falha na supervisão, a má índole de uns quantos que promovem gestão danosa; mas, sem preocupação, garantem-nos: “não se voltará a repetir”.

As soluções aplicadas pela política de direita, variando nos instrumentos e argumentos utilizados, não fogem à mesma matriz: os prejuízos socializam-se e concentra-se ainda mais a atividade bancária nas mãos dos monopólios, em nome da pressuposta “estabilidade” do sistema financeiro. Perante este cenário sem culpas, são cada vez mais necessárias alterações de fundo, e a base dessas mesmas alterações passa pela recuperação do controlo público da banca por parte do Estado. Sem tal caminho, sem a recuperação, em última análise, de instrumentos de gestão soberana, seja do crédito, seja da moeda, ficará sempre por saber quando e onde é que irá rebentar o próximo escândalo com qualquer das instituições bancárias a operar em Portugal.

Porém, esta solução, que evitaria pôr a expensas do povo português os desvarios dos banqueiros corruptos, é travada imediatamente pelas opções políticas dos governos em exercício e, claro, pela União Europeia. A solução encontrada pelo executivo de António Costa impôs que fossem canalizados mais de 2 mil milhões de euros de recursos públicos para tapar o buraco, sem que seja assegurado o controlo público da parte rentável do BANIF, a tal que foi entregue ao Santander/Totta (um grupo económico estrangeiro) por uma quantia que não cobre sequer o primeiro empréstimo.

E o papel da União Europeia em tudo isto? Grave, mas não surpreendente. Qualquer solução que passe pelo controlo público de um banco, por sinal pago pelo erário público, é ilegal nos trâmites jurídicos da chamada “União Bancária”. Salvem-nos, ordenam, e vendam-nos baratos ao capital privado. Esta é a ordem e, infelizmente, ela cumpre-se sem que se questione o preço a pagar por continuar a salvar bancos enquanto se sacrificam, e muito, as pessoas.

## Não é tempo de baixar os braços, é tempo de luta!

Depois de quatro anos de intensa luta dos trabalhadores, nomeadamente dos jovens trabalhadores contra a política de direita, o governo da coligação do PSD/CDS caiu no passado dia 10 de Novembro, enquanto uma imensidão de homens, mulheres e jovens festejavam à porta da Assembleia da República e por todo o país. Com o mesmo empenho com que nos batemos pela queda de um governo da política de direita que impôs tantos sacrifícios aos jovens trabalhadores, batemo-nos pela mudança de política. A formação de um governo na base da solução encontrada no novo quadro parlamentar, não é, por si só, condição suficiente para essa mudança de política, mas é condição necessária. Só a luta dos trabalhadores obrigará à mudança de rumo necessária para os jovens e o país.

Estamos cansados de tanto atropelo aos nossos direitos! Trabalhamos cada vez mais e recebemos cada vez menos! Passamos a vida entre contratos precários e o desemprego! Constatámos a nossa independência e a nossa vida bloqueadas. Adiamos até as coisas mais básicas, como o acesso à cultura, adquirir carro, uma casa ou mesmo constituir família. Não abdicámos contudo da luta pelas nossas vidas, pela concretização das nossas expectativas e aspirações, garantindo um futuro digno num país que também é nosso!

Com a luta conseguimos criar um novo folgo de esperança e será com a luta que concretizaremos as nossas reivindicações, porque este não é o tempo de baixar os braços! Continua a ser tempo de luta pela democracia, pelo trabalho, pelo direito ao trabalho e a uma vida digna! Existem soluções! Existem alternativas! Por isso, os jovens trabalhadores reivindicam:

- Aumento geral dos salários. A subida do salário mínimo nacional para 600 euros;
- A passagem a efetivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente e o reforço da fiscalização do cumprimento das normas de trabalho, combatendo o uso abusivo e ilegal de contratos a termo, dos falsos recibos verdes e das falsas “bolsas” de investigação; o trabalho precário, subdeclarado e não declarado, e a utilização abusiva e fraudulenta de medidas de emprego, tais como os estágios e os contratos emprego-inserção;



• A revogação da legislação que facilita os despedimentos, reduz as indemnizações e discrimina os jovens à procura do primeiro-emprego e os desempregados de longa duração;

• O cumprimento integral da Constituição da República, designadamente no que concerne nos direitos laborais, sociais, culturais, económicos e políticos da juventude.

A 24 de Janeiro realizam-se eleições para a Presidência da República e mais uma vez os jovens não abdicarão do seu direito de voto e de escolher um Presidente que, ao contrário de Cavaco Silva, se comprometa com o respeito integral pela Constituição, esteja vinculado aos valores de Abril no quadro de uma política de esquerda e soberana, defendendo simultaneamente a efetivação de uma vida condigna a que todos temos direito.

Temos o direito a viver e a sermos felizes no nosso país!



## Espaço dos Aposentados



### REFORMADOS - A URGÊNCIA NA REPOSIÇÃO DOS DIREITOS ROUBADOS

Quatro anos de um governo de direita, em confronto constante com os Trabalhadores, os Reformados e a Constituição, deixaram um rasto de desalento, de pessimismo e de pobreza. Se não fosse a resistência dos Reformados em torno de um combativo movimento sindical unitário, os danos seriam bem maiores para esta camada social, alvo de ataques sem precedentes.

Após as eleições legislativas, desenhou-se um novo quadro político carregado de esperança, pela convergência das forças de esquerda maioritárias na Assembleia da República.

Os reformados, sobretudo os de pensões mais baixas, na pobreza ou no seu limiar, têm urgência! Porque não têm todo o tempo do mundo, é urgente repor a sua dignidade: nas pensões, nas prestações sociais, nos cuidados de saúde, nos transportes públicos.

As medidas já aprovadas, representando um avanço em face da situação a que chegámos, ficam aquém das nossas reivindicações e expectativas. Só a conjugação de medidas em diversos planos, poderá atenuar a sua insuficiência.

• **Atualização das pensões** - A partir de janeiro, as pensões abaixo de cerca de 628 € serão atualizadas em 0,4%, aumentando entre 1,88 e 2,51€ por mês. São abrangidas cerca de 2 milhões de pensões da Segurança Social e 120.000 pensões da CGA e orçará em cerca de 80 milhões de € - “trocos”, se comparados com os 2.100 milhões € que o Estado irá enterrar no BANIF.

• **Complemento solidário para idosos** - Os pensionistas com rendimentos mais baixos vão beneficiar do aumento do valor de referência desta prestação que passará de 4.909€ anuais para 5.022€.

• **Sobretaxa do IRS** - Em 2016 será nula no escalão até 7.420 € anuais; no escalão entre 7.420 e 20 mil €, a sobretaxa desce de 3,5% para 1%; no escalão entre 20 mil aos 40 mil €, desce para 1,75%; dos 40 mil aos 80 mil euros, desce para 3%; no escalão acima dos 80.000€, mantém-se nos 3,5%. A eliminação total só será feita em 2017.

Entretanto, a luta organizada dos reformados terá de prosseguir, dando mais força às nossas justas reivindicações. O que passará por contribuir, pelo voto, para retirar a direita da Presidência da República, elegendo alguém inequivocamente identificado com os valores de Abril e que pugne por um país mais desenvolvido, justo e solidário.

### Ação Sócio cultural Visita ao Teatro Romano

No dia 25 de Novembro, a Comissão de Reformados do STML levou quinze dos seus associados na visita ao Teatro Romano que, além de diversos elementos arquitetónicos e decorativos do antigo teatro, inclui uma área de exposição com objetos desde a Idade do Ferro até às épocas Medieval e Moderna, o campo arqueológico e as ruínas do Teatro de Olisipo.

• **Visita à exposição “A Luz de Lisboa”** - Torreão Poente do Terreiro do Paço. No dia 11 de Dezembro foram catorze os associados que desvendaram o que torna a cidade de Lisboa tão apreciada por quem a visita - a sua luminosidade captada e celebrada por poetas, escritores, pintores, fotógrafos e cineastas, quer nacionais quer estrangeiros.

## A herança da pobreza deixada pelo PSD e CDS de Passos Coelho e Paulo Portas.

Para medir este fenómeno, o INE utiliza o *limiar da pobreza* que em 2014, correspondia a 361,36€/mês (14 meses).

No 1º período da crise (2007-2010), não se registou um agravamento da pobreza, já que as prestações sociais atenuaram os efeitos da crise. Entre 2007 e 2010, a taxa de risco de pobreza após as transferências sociais até baixou de 18,5% para 18%. O número de portugueses no limiar da pobreza diminuiu em 47.297 (passou de 1.950.455 para 1.903.158). Mas com a entrada do governo PSD/CDS e da “troika”, esta tendência inverteu-se, e a percentagem de portugueses no limiar da pobreza subiu, entre 2010 e 2014, de 18% para 19,5%, tendo ultrapassado os dois milhões. Os próprios dados do INE revelam que, contrariamente ao que a direita sempre afirmou, os mais pobres foram os mais atingidos com política de austeridade.

Segundo o INE, no fim de 2014, 11% dos empregados (494.945 portugueses), embora com trabalho, viviam no limiar da pobreza devido aos baixos rendimentos que auferiam. A nível de desempregados a percentagem no limiar da pobreza atingia 42% em 2014, e aumentava rapidamente; 14,5% dos reformados e 32% dos “Outros ativos” estavam também no limiar da pobreza em 2014. E até as crianças não foram poupadas pelo governo PSD/CDS.

É neste quadro de pobreza e miséria crescente, deixado pelo governo de direita, que se tem de ser analisado o descongelamento das pensões anunciado pelo novo governo PS. No seu programa, consta o compromisso do “aumento anual das pensões, através da reposição, em 1 de Janeiro de 2016, da norma da Lei nº53-B/2006”.



Para que se possa ficar com uma ideia clara do que significaria um descongelamento/aumento desta natureza, interessa analisar de uma forma concreta o seu impacto tendo como base a estrutura atual das pensões da Segurança Social, ou seja, a sua repartição por escalões das pensões.

Como revelam os dados oficiais, 87% dos pensionistas da Segurança Social, ou seja, 1.854.325 teriam um aumento nas suas pensões com a aplicação das normas constantes da Lei 53-B/2006, que variava entre 41 centimos e 2,45€ por mês.

Aumentos desta natureza seriam inevitavelmente entendidos como uma burla, e inaceitáveis por parte de um governo que criou expectativas a milhões de portugueses e que tem afirmado querer inverter a situação de pobreza causada pela política de austeridade, recessiva e antissocial do PSD/CDS. E seriam também certamente aproveitados pelas forças de direita para desacreditarem, aos olhos da população, os partidos de esquerda.

É por isso necessário que isso não aconteça, e que seja garantido aos portugueses com pensões baixas um aumento com algum significado (recorde-se que desde 2010, as pensões de valor superior a 260€ - e muitas destas estão abaixo do limiar da pobreza que, como se referiu, correspondia a 361,36€/mês em 2014). É preciso inverter esta situação de pobreza generalizada de uma forma gradual mas segura. E preciso dar já em 2016 um sinal claro dessa inversão apesar das limitações orçamentais conhecidas.

Eugénio Rosa, Economista



## Marcelo: o lobo com pele de cordeiro



A natural euforia causada pela derrota da direita nas Legislativas do ano passado, da qual resultou uma maioria parlamentar de esquerda, parece estar a retirar o necessário enfoque às Presidenciais de janeiro. A eleição do próximo Presidente da República, cargo que se reveste da maior importância, não pode ser descurada, como parece ser a estratégia da direita que, ao suportar a candidatura do “televisivo” Marcelo Rebelo de Sousa dá a eleição naturalmente ganha. É preciso ir votar e, necessariamente derrotar aquela que é a candidatura da direita.

Depois de uma década em que Cavaco Silva desprestigiou as funções constitucionais da Presidência da República, tendo sido o aliado primordial do governo Passos/Portas - que impôs a Portugal e aos portugueses um ataque sem precedentes em democracia à soberania nacional e aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito a salários dignos e ao emprego -, a direita joga agora todas as cartas na eleição para o cargo do seu “ex-líder”.

Gozando de uma popularidade imensa, graças a mais de uma década de “direito de antena” em canais televisivos e de uma cobertura mediática exaustiva, Marcelo preparou paulatinamente a sua candi-

datura a Belém. Aparentando uma certa equidistância perante matérias políticas e sociais sensíveis, evitando comprometer-se com posições que pudessem deixar lastro de incomodidade, o homem que nunca ganhou as eleições que disputou decidiu, desde o momento em que deixou a liderança do PSD, não se comprometer.

São célebres alguns dos seus posicionamentos ambíguos, nomeadamente quanto a temas fraturantes (como a interrupção voluntária da gravidez) ou, mais recentemente, quanto à ação do governo de direita ao longo da passada legislatura. No essencial, essa ambiguidade permitiu a Marcelo apresentar-se como um comentador popular, é certo, e descomprometido, se bem que, no essencial, foi um apoiante das soluções criminosas e anticonstitucionais da governação de direita.

Neste ato eleitoral para a Presidência da República, Marcelo mantém vestida a pele do cordeiro, passando a mensagem muito cara do “Presidente de todos os portugueses”. Seguro da sua popularidade, das suas posições inócuas e (aparentemente) descomprometidas trabalhadas semanalmente ao longo de mais de uma década, o “comentador dos domingos à noite” dá como certa a sua eleição para Belém. Para isso, evita atacar o

governo em funções e a maioria de esquerda no Parlamento, se bem que a sua agenda política tem o selo de garantia da direita.

Num dos últimos debates, Marcelo destapou um pouco dessa mesma agenda ao nomear a Constituição como um documento a precisar de “ajustamentos”. Porém, quando já se viam os dentes do lobo, o candidato de direita voltou a envergar a pele de cordeiro, e até veio a terreiro dizer que a Constituição da República Portuguesa está acima de todo o direito europeu, sendo que, ao chegar a Belém, será uma força de defesa dessa mesma Constituição.

Derrotar Marcelo nas urnas e garantir a eleição de um Presidente da República que seja um real garante da defesa da Constituição da República Portuguesa depois de 10 anos de cavaquismo em versão presidencial torna-se, pois, uma necessidade imperiosa. As batalhas contra a exploração e as desigualdades não foram ganhas com a solução política decorrente das Legislativas. Elas continuam e estão bem vivas, pelo que as Presidenciais se tornam mais um capítulo vital dessa luta dos portugueses e dos trabalhadores para derrotar a política de direita.

## Ventos do passado sopram com força na Ucrânia...

Na Ucrânia, Kiev violou as tréguas de cessar-fogo. A Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), confirmou que observadores seus foram alvejados em Donetsk a 27 de Dezembro. Em resultado da agressão, os membros da missão tiveram de ser evacuados da localidade. Esta terá sido a terceira vez que ataques atribuídos às forças fiéis ao regime de Kiev violaram o acordado em Minsk (de Fevereiro de 2015), quando representantes do governo da Ucrânia e das república populares de Donetsk e Lugansk decidiram suspender as hostilidades militares no Leste do país e avançar para uma solução política.

Durante o mês de Dezembro multiplicaram-se as denúncias da RPD e da República Popular de Lugansk sobre violações do cessar-fogo por parte do regime de Kiev. As provocações contra as autoridades anti golpistas e antifascistas do Leste da Ucrânia ocorrem num contexto de fascização crescente da Ucrânia, de que serve de exemplo a ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia. O regime neofascista, por outro lado, prevê o aumento do descontentamento popular resultando da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2016. Precisa, assim, de um «inimigo» e de uma guerra para justificar e distrair o povo da sua própria penúria.

O pressuposto, elaborado de acordo com a receita do FMI, contempla aumentos mínimos nos salários e pensões em contraste com o aumento abrupto generalizado dos preços de bens e serviços essenciais. O Orçamento assenta, também, na chamada reforma tributária, consubstanciando um forte alívio fiscal para as grandes empresas e um confisco para os trabalhadores. Paralelamente, cerca de 5 mil membros do batalhão de voluntários Azov e militantes nazi-fascistas desfilaram,

em Dezembro, no centro da cidade de Mariupol. A marcha terminou junto à estátua a Sviatoslav I, erguida por iniciativa da organização paramilitar ao arpejo das autoridades da cidade, e consistiu numa recriação das marchas das hordas hitlerianas, com tochas e insígnias usadas por divisões das SS nazis.

O *Batalhão Azov* foi fundado em 2014 como corpo autónomo da Guarda Nacional Ucraniana, fundada na mesma altura, com o objetivo de integrar aqueles que serviram como tropa de choque e terror na deposição do governo da Ucrânia, entre Novembro de 2013 e Fevereiro de 2014. Em Dezembro de 2014, um alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos acusou o *Batalhão Azov* de numerosos e graves crimes contra a humanidade, entre os quais tortura e liquidação física de opositores.

Neste contexto, acresce a perceção popular de que a vida é cada vez pior. É o que se concluiu numa pesquisa elaborada pela reputada Gallup, segundo a qual o índice de satisfação dos ucranianos atingiu em 2015 o ponto mais baixo em cinco anos. A maioria dos entrevistados cotou a sua qualidade de vida em 4 pontos numa escala de dez. O desagrado aumentou em todas as categorias etárias, afirmando que 79% dos ucranianos consideram pobre e insuficiente a sua qualidade de vida.

Perante a degradação das condições de vida no povo ucraniano e perante a ascensão de forças neonazis, é pertinente questionar onde se coloca a União Europeia dos direitos humanos, da liberdade e da democracia face a este cenário?



### PROTOSCOLS STML

#### Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

#### Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

#### Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

#### Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

#### Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia